



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: desafios frente à conjuntura

ITAMIRES LIMA SANTOS ALCANTARA ¹
SANDRA LOURENÇO DE ANDRADE FORTUNA ²

RESUMO

O presente trabalho busca tecer considerações sobre os desafios postos ao trabalho profissional de assistentes sociais tendo em vista a direção ético-política assumida historicamente pela profissão em tempos de adensamento da “questão social”. Trata-se de um ensaio teórico que reflete sobre o processo de construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, projeto este que se coloca na defesa da classe trabalhadora. Reflete também sobre o trabalho profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político, num contexto extremamente adverso. Por fim, reafirmamos a necessidade de fortalecimento e radicalização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, sobretudo na atual conjuntura.

Palavras-chave: Serviço social. Trabalho. Projeto Ético-Político.

RESUMEN

El presente trabajo busca considerar los desafíos que se le

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual De Londrina

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual De Londrina

plantean al quehacer profesional del trabajador social frente al rumbo ético-político asumido históricamente por la profesión en tiempos de crecimiento de la “búsqueda social”. Este es un ensayo teórico que reflexiona sobre el proceso de construcción del Proyecto Ético-Político del Trabajo Social Brasileño, un proyecto que está en defensa de la clase trabajadora. También reflexiona sobre el trabajo profesional desde la perspectiva del Proyecto Ético-Político, en un contexto sumamente adverso. Finalmente, reafirmamos la necesidad de fortalecer y radicalizar el Proyecto Ético-Político Profesional del Trabajo Social, especialmente en la coyuntura actual.

Palabras clave: Trabajo Social. Trabajo. Proyecto Ético-Político.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social não é uma tarefa fácil. É uma discussão complexa que requer compromisso com o processo histórico de construção da profissão e também com as transformações pelas quais passou, mas sobretudo, requer compromisso com a direção assumida pelo Serviço Social brasileiro, tendo em vista as transformações da sociedade.

Vivemos no atual contexto um momento de grande crise social, política e sanitária que tem aprofundado e evidenciado as desigualdades sociais estruturais de matriz colonial e racista existentes no país, no qual a maioria de sua população vive em condições extremamente adversas de vida.

Essa dinâmica também tem imposto enormes desafios para o conjunto da classe trabalhadora, tendo aí incluída, a categoria profissional das assistentes sociais. Não à toa Lanza et. al. (2021) ressaltam, em trabalho sobre os impactos da pandemia³ no trabalho profissional de assistentes sociais, que o contexto pandêmico tem afetado extremamente o

3 Pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) que se alastrou pelo mundo e vitimou mais de 4 milhões de pessoas. No Brasil, o número de contágios e mortes pela COVID-19 se propagou assustadoramente e vitimou mais de 600 mil pessoas, graças ao avanço da vacinação, a despeito de toda política genocida do governo federal, há uma significativa melhora nos números de casos e óbitos.

cotidiano de trabalho com a alteração de funcionamento dos serviços, intensificação das demandas, teletrabalho, mudanças de rotinas, dentre muitos outros desafios. Impactos que já davam sinais antes da pandemia e que tem demonstrado sinais de que são permanentes, mesmo com a melhora do quadro sanitário.

No entanto, apesar dessa conjuntura alarmante, é preciso ressaltar que essa precarização das condições de vida e trabalho, embora a pandemia a aprofunde, não é unicamente em função da pandemia do novo coronavírus. Antes, diz respeito a um processo de adensamento da crise estrutural do capital que nos coloca cada vez mais inúmeros desafios.

Como ressaltado por Irineu et. al. (2021), “a culpa da crise não é do vírus”, nem mesmo a questão sanitária, efetivamente se refere a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista com suas crises cíclicas e sua ação predatória no uso dos recursos naturais, em um país forjado no colonialismo, que “combina, de um lado, a manutenção e atualização do racismo como estruturante das desigualdades sociais e, do outro, um intenso processo de desmantelamento de direitos sociais e precarização do trabalho” (FAUSTINO; CAVALCANTE; NISIDA, 2021, p. 1).

Esse contexto de crise social e sanitária, nos evidencia ainda, o impacto para a classe trabalhadora do desmonte dos direitos e das políticas sociais, da desregulamentação do trabalho, entre outras formas de precarização da vida operada nos últimos anos nas sociedade de capitalismo dependente, colocando também para as assistentes sociais, que possui um Projeto Ético-Político Profissional (PEP) voltado para a defesa da classe trabalhadora um enorme desafio de defende-lo em seu cotidiano de trabalho.

Tendo em vista essa dinâmica, este trabalho tem por objetivo discutir brevemente os desafios postos ao trabalho profissional de assistentes sociais tendo em vista a direção ético-política assumida historicamente pela profissão em tempos de adensamento da “questão social” e precarização do trabalho. À vista disso, fazemos um breve apanhado da construção histórica do Projeto Ético-Político Profissional e tecemos algumas considerações sobre o trabalho profissional na perspectiva do PEP.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Forti e Coelho (2015, p. 16) abordam que para entendermos o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social é necessário compreendermos que “a prévia-ideação, a projeção, é característica do ser social”, isso quer dizer que por meio do processo teleológico, é possível a nós, seres humanos, projetarmos idealmente o resultado de nossas ações.

Nessa mesma direção, Netto (2009) acentua que a sociedade não tem uma finalidade, mas os sujeitos sociais que a constituem atuam teleologicamente, ou seja, têm suas ações orientadas por um fim. Nesse processo, a ação humana implica sempre em um projeto, que é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, lançando mão de valores que legitimam essa finalidade e a escolha de meios para alcançá-la.

Na sociedade capitalista desigual na qual vivemos, em que há uma divisão da sociedade entre aqueles que vendem a sua força de trabalho para sobreviver e aqueles que possuem os meios de produção e expropriam essa força de trabalho, existe diferentes projetos societários, projetos estes que são antagônicos. É nesse sentido que Netto (2009) destaca que, “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*”.

Esses projetos de classe estão permeados por outras determinações, como o racismo e o patriarcado que em nossa leitura são determinações apropriadas e adensadas pelo sistema capitalista “como arma ideológica de dominação” (MOURA, 1994). Essa dinâmica pode ser percebida analisando a formação da sociedade brasileira e o capitalismo dependente de via colonial (Chasin, 1999; Moura, 2014) que em nossa sociedade se constituiu.

Os projetos societários – que são também projetos de classe-, conforme Netto (2009), são projetos coletivos macroscópicos que apresentam uma imagem da sociedade que se pretende construir. E é dentro dessa dinâmica que se situam os projetos profissionais. Estes, se vinculam a projetos societários situados num nível macro, mas também às particularidades profissionais. Nesse sentido, os projetos societários implicam necessariamente em uma dimensão política, o que não significa apenas posicionamentos político-partidários, ainda que estes o componham.

“Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).” (NETTO, 2009, p. 4, grifos do autor)

Nesse processo, os projetos profissionais são construídos por um sujeito coletivo, como a categoria profissional, e para que ele se afirme na sociedade é preciso que essa categoria esteja fortemente organizada. Os projetos profissionais também possuem uma estrutura dinâmica, se renovam, se modificam e ainda possuem variadas dimensões políticas, mesmo que não estejam muito bem explicitadas.

É na relação entre projetos profissionais e societários que se funda a possibilidade de construção de um projeto contra hegemônico, embora essa construção possua limites impostos pela própria dinâmica da exploração capitalista, como o mercado de trabalho (NETTO, 2009).

No que se refere ao Serviço Social brasileiro e a construção de seu projeto profissional, temos, como está exaustivamente abordado pela literatura crítica da profissão (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982; LIMA, 1983; CASTRO, 1989; MARTINELLI, 1989; NETTO 1990, 1992; BACKX, 1994, entre outros/as), uma profissão que se origina, no contexto da década de 1930, a partir da consolidação do capitalismo monopolista no país e da ação social da Igreja Católica, em consonância com o projeto social burguês que se colocava na perspectiva da manutenção da ordem capitalista e do controle da classe trabalhadora.

Dando um enorme salto histórico e negligenciado diversos aspectos e transformações pelas quais passou a profissão em seu processo de desenvolvimento⁴, é importante destacar que, impulsionada pelo movimento da sociedade, tanto no Brasil, como, de maneira mais ampla, na América Latina - embora esses processos estejam longe de ser homogêneos e possuam particularidades significativas-, a partir da década de 1960, a profissão passa por um processo de crítica ao seu tradicional conservadorismo e ao próprio sistema capitalista.

Esse movimento de crítica à profissão e à sociedade, de forma incipiente num primeiro momento e sendo arrefecido por longo período pelas diversas ditaduras ocorridas na América Latina e no Brasil, possibilita ao Serviço Social brasileiro, se repensar. É nesse

4 É de amplo conhecimento que uma síntese clássica do processo de desenvolvimento da profissão numa perspectiva crítica encontra-se em Iamamoto e Carvalho (1982).

curso que se dá a aproximação do Serviço Social com a teoria crítica de Marx⁵, que possibilita às assistentes sociais promoverem uma alteração no modo de analisar o mundo, a análise passa a ser construída a partir da lógica de totalidade, ultrapassando a percepção da realidade pelo comportamento das pessoas, pela integração social, pelos problemas individuais. A apreensão a partir da lógica de totalidade pressupõe tomar como fundamental as determinações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc. (FORTI; COELHO, 2015).

Nesse ínterim, a “questão social” não é mais entendida pela profissão como uma questão moral, decorre das relações de produção e acumulação capitalista, na qual, o mesmo capitalismo que produz riqueza, produz pobreza, agora de um novo tipo, não mais pela insuficiência de recursos, mas pela sua apropriação privada. Nesse processo, o serviço social passa a colocar o capitalismo em questão.

Este período, segundo Netto (2009) marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, principalmente pelo enfrentamento e pela denúncia ao conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as bases do novo projeto profissional, denominando projeto ético-político.

Como acentua Braz (2007), a primeira incorporação desse novo arsenal teórico e dessa nova perspectiva da profissão a suas referências normativas se deu no Código de Ética de 1986, o qual, segundo aborda o autor, embora tenha representado um enorme salto qualitativo da profissão, não ocorreu sem impasses. Avançou-se teórica e politicamente, mas ainda não se consegue traduzir esse avanço em possibilidades profissionais, as bandeiras políticas não estabeleciam mediações com as particularidades e os limites da prática profissional, o que será alcançado no Código de Ética de 1993.

Dentro do seu processo de desenvolvimento histórico, o serviço social passou por significativas transformações e “rumou na direção dos interesses da classe trabalhadora”, assumindo nesse movimento, “compromissos progressistas e democráticos” (FORTI; COELHO, 2015, p. 24), processo este que decorreu (e decorre) não sem contradições. Contradições que permanecem até os dias atuais, conjuntamente com o acirramento da

5 Netto (1991), discute o processo de aproximação da profissão com o pensamento marxista e marxiano e destaca o caráter incipiente dessa aproximação, num primeiro momento, com uma apropriação de um “marxismo sem Marx”, sendo que o processo de amadurecimento posterior da profissão foi muito impulsionado, dentre outros fatores, pela instituição e crescimento da pós-graduação e sua consolidação enquanto área de produção de conhecimento.

exploração capitalista.

3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E DESAFIOS AO TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUAL CONJUNTURA

Conforme apontam Forti e Coelho (2015), há muitos questionamentos direcionados ao projeto profissional do Serviço Social, principalmente no tocante à dificuldade de materialização deste no cotidiano de trabalho. As autoras refletem que, muitas vezes, essas indagações são feitas como se essa dificuldade fosse inerente ao projeto e não decorrente da própria realidade e da dinâmica do trabalho profissional sob a égide do capitalismo.

Silva (2013) nos alerta que o contexto social no qual vivemos- de surgimento de novas tecnologias, informações rápidas à mão, interação social por meio de redes sociais, etc.-, não é um contexto que facilita e impulsiona a reflexão aprofundada e obstinada, ao contrário prioriza o imediato, aquilo que aparece aos nossos olhos e que responda às necessidades práticas, como se elas tivessem descoladas de uma determinada concepção de mundo, de sociedade e de horizonte político. No entanto, conforme aponta o autor, em oposição a essa dinâmica, o projeto profissional não traz respostas prontas para serem aplicadas, não é um manual, requer reflexão, estudo e comprometimento.

A discussão sobre o PEP, embora seja caudatária das transformações ocorridas na sociedade e seus rebatimentos na profissão a partir dos anos 1960 e aprofundada nos anos 1980, é relativamente recente, se consolidando no Brasil nos anos 1990, já num contexto de investida neoliberal no país.

Em acordo com as considerações feitas por Silva (2013) sobre a profissão, é importante refletirmos sobre a dificuldade que é construir e consolidar um projeto profissional contra hegemônico, visando a transformação social, numa sociedade subsumida ao domínio do capitalismo, com um trabalho profissional em instituições pautadas também pela lógica capitalista e, ainda mais, com uma formação profissional precarizada no atual contexto de fragilização e mercadorização da educação.

Assim, as demandas historicamente colocadas para o Serviço Social são aprofundadas e adensadas pelas questões conjunturais, a exemplo do desfinanciamento das políticas sociais, o aprofundamento da reforma trabalhista que retirou diversos direitos da classe trabalhadora, as mudanças, de forma geral, no mundo do trabalho, a

mercantilização do Estado, dentre outras inúmeras questões que têm se radicalizado e sido levadas às últimas consequências no atual contexto com o projeto reformista conservador posto em prática pelo atual governo Bolsonaro.

Não à toa, quando olhamos os noticiários e os dados de desigualdade, constatamos uma verdadeira barbárie social que se alastra assustadoramente: mais de 33 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, 10,6 milhões de pessoas desempregadas no país (IBGE, 2022), dos quais, a maioria são pessoas negras, aumento de casos explícitos de racismo, homofobia e violência contra a mulher.

Temos, nesse momento, enormes desafios colocados ao trabalho profissional num contexto extremamente adverso. Por isso, consoante Vasconcelos (2015, p. 435), as respostas profissionais, sejam elas históricas ou conjunturais, “às demandas dos diferentes segmentos da classe trabalhadora”, precisam estar “mediadas pelas indicações do projeto profissional” tendo como aliadas à uma profunda análise da realidade social.

Dessa forma, para compreendermos a relação do projeto profissional com o cotidiano de trabalho, precisamos entender a “sua finalidade” e “significado para a profissão”, assim como “seus fundamentos”. Para mais, é importante enfatizar que o projeto profissional “supõe capacitação profissional e condições de trabalho que viabilizem sua materialização” (FORTI; COELHO, 2015, p. 24). Sem condições de formação e trabalho adequadas, é extremamente custoso conseguir realizar um trabalho crítico e qualificado.

Como vimos, o projeto ético-político profissional se origina dos desdobramentos da vertente mais crítica do Movimento de Reconceituação. É um projeto que se “assenta em fundamentos ontológicos da tradição marxista” não cabendo, por isso, “hierarquia entre a teoria e a prática, pois estas constituem uma unidade, não obstante as diferenças”. (FORTI; COELHO, 2015, p. 25).

Assim sendo, o trabalho de Silva (2013) nos dá uma importante contribuição ao defender o “ponto de vista ontológico” para o Serviço Social. O autor reflete que embora sejam importantes as demandas que chegam as assistentes sociais de forma mais imediata, elas são expressões fenomênicas do real, sendo o ponto de partida, mas que devem ser ultrapassadas.

A análise dessa realidade deve ser feita a partir de sua historicidade, do “chão sócio-

histórico" onde esses processos se desenvolvem. Ainda assim, de fato, apenas a "análise do real" não é suficiente para uma intervenção profissional crítica e propositiva, no entanto, "o acerto na análise do real certamente oferece melhores condições para uma intervenção mais profunda e propositiva nesse real" (SILVA, 2013, p. 77).

Esse processo é fundamental para as assistentes sociais, embora não seja fácil. É preciso "estudo, formação cultural abrangente, espírito crítico, atitude de negação do imediatamente posto, postura ético-política, adoção de um marco teórico que lhe dê melhores condições para essa empreitada" (SILVA, 2013, p. 77). Exige também reconhecer os limites e possibilidades da profissão. Esse movimento não pode ficar restrito aos "intelectuais", aos da "academia", mas é algo imprescindível a uma ação profissional crítica. Por isso a necessidade de "reafirmar a investigação e a pesquisa como constitutivas da prática profissional".

Nessa direção, Vasconcelos (2015), acentua a necessidade de fortalecimento da discussão sobre o PEP e o exercício profissional seja no âmbito da formação, seja na produção do conhecimento. É importante considerar que o serviço social é uma profissão interventiva que deve ter na teoria a base para a intervenção na realidade e não apenas como ferramenta analítica, nesse sentido, o exercício profissional no âmbito institucional não pode ser menosprezado, ainda que ele por si só, não seja suficiente (FORTI; COELHO, 2015).

Por esse lado, Silva (2013), assim como Vasconcelos (2015), defendem a "formação de profissionais intelectuais", ressaltando que "o projeto profissional requer assistentes sociais com perfil intelectual, que entende o que está fazendo, com uma prática consequente, responsável (SILVA, 2013), o que implica em escolhas ético-políticas e competências teóricas fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situam os sujeitos da ação e da prática (VASCONCELOS, 2015).

Não se pode deixar de lado as tensões entre as orientações do projeto profissional de garantir direitos sociais à população demandatária e a impossibilidade de realizar essas orientações em muitos espaços sócio-ocupacionais apontando para a necessidade de se ter clareza dos limites da ação profissional para não reforçar comportamentos e ações messiânicas ou fatalistas, causando inclusive, o adoecimento e arrefecimento de muitos/as profissionais (IAMAMOTO, 2000).

É necessário, portanto, na afirmação do projeto profissional:

[...] perseguir a dinâmica do real, estimular uma racionalidade ontológica no processo de reconstrução de conhecimentos e na formulação de alternativas reais que descortinem o mediato na sua historicidade (portanto, muito além do gerenciamento do que frequentemente é chamado de “fazer o possível”), são procedimentos essenciais. Nesse sentido, sem qualquer recaída idealista, tensionar na direção do “impossível” é um exercício necessário nos diferentes níveis e espaços da vida social, não deixando de reconhecer o alcance restrito, mas importante, das profissões, de suas demandas particulares. (SILVA, 2013, p. 79)

Por isso, como afirma o autor, de “nada interessa ao serviço social uma razão instrumental [...] um puro manejo de índices, dados e instrumentos, no reformismo conservador” e esse processo, “não significa não se apropriar de uma dimensão técnica-operativa mas que ela, por si, serve, tão somente (quando muito) para operar o instituído, o imediatamente posto, a demanda oficial solicitada à profissão, a administração burguesa da pobreza.” (SILVA, 2013, p. 79) Por isso a importância da razão ontológica, na qual, a utilização dos instrumentos está submetida a uma análise crítica do real que ultrapasse o nível do aparente.

Esse é mais um dos desafios -dentre tantos-, colocados para o serviço social na atual conjuntura. Em tempos de racionalização do trabalho mediado pelo aprofundamento das técnicas, do uso das tecnologias, na produção de dados, de instrumentos de trabalho cada vez mais fechados, o aprofundamento de uma “razão ontológica” em contraposição a uma “razão instrumental” exige um esforço ainda maior, tendo em vista a perda de autonomia (relativa) no ambiente de trabalho.

Nesse sentido,

Reafirmar o atual projeto Ético-Político Profissional possui o exato sentido de radicalizar suas bases e seus princípios, como direção estratégica profissional vinculada a uma direção social, comprometida com o ponto de vista do trabalho dos que vivem da venda da força de trabalho na sua diversidade contemporânea, tendo a razão ontológica (aqui tratada) como inspiração que se desdobra na formação profissional, no ensino, na pesquisa e na extensão, na vida dentro e fora das universidades e do espaço profissional. (SILVA, 2013, p. 79)

Isso porque, conforme Forti e Coelho (2015), embora a projeção, a teleologia, sejam importantes, assim como o processo do conhecimento, elas por si só, não são suficientes para a intervenção na sociedade, para isso é preciso ação, nisso, as autoras apontam para a unidade entre pensamento e ação, teoria e prática como processos extremamente associados. Uma vez que, embora o projeto profissional seja uma projeção ideal e não possa ser “aplicado” na realidade, a projeção pura e simplesmente não é o bastante, para que se efetive na realidade é preciso qualificação teórica e crítica.

É necessário atentarmos que, “o projeto crítico não se está no cotidiano do exercício profissional, pois no seu horizonte há contribuição em face da possibilidade de construção de uma nova ordem social” (FORTI; COELHO, 2015, p. 28). Ao mesmo tempo é um projeto que “depende de recursos objetivos e subjetivos, ou seja, das condições de trabalho, da competência profissional e da direção social assumida na realização das atividades cotidianas”.

No entanto, a concretização desta perspectiva, é complexa, pois [...] “a política neoliberal é amarga para o conjunto da classe trabalhadora” (FORTI; COELHO, 2015, p. 29), dentre elas, as assistentes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vistas as considerações tecidas neste texto, finalizamos acentuando que a atual conjuntura impõe diversos desafios ao trabalho profissional de assistentes sociais, expressos, por exemplo, na fragmentação das políticas sociais de acordo com o ideário neoliberal, na intensificação da exploração da força de trabalho das assistentes sociais, na fragilização dos vínculos de trabalho, na precarização dos postos de trabalho, nos baixos salários, na ofensiva ao serviço público, entre muitas outras expressões.

É um contexto que reforça a segmentação profissional e a tão propalada dicotomia entre teoria e prática, por isso, é imprescindível uma atitude investigativa contínua, buscando a superação do imediato e a apreensão crítica do movimento do real, combinando a análise mais geral do sistema capitalista, à compreensão da formação social brasileira (NETTO, 2009), a composição e as condições de vida dos usuários das políticas sociais, bem como, um conhecimento “profundo acerca das instituições empregadoras” (LANZA et. al., 2021).

Por isso, a necessidade de se colocar “a dimensão ético-política no centro do exercício profissional”, pois é ela quem dá sentido à ação profissional. Esse movimento implica em ações profissionais que tenham coerência com a direção social assumida pela profissão e “exige, portanto, a busca de correspondência teórico-prática frente aos valores e princípios defendidos” (FORTI; COELHO, 2015, p. 33).

A direção ético-política é a nossa responsabilidade como profissionais que somos parte dessa sociabilidade e que inscrevemos nossa ação nesta. Por isso, a nossa perspectiva ético-política tem que ser na direção da “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p.24), como está colocado em nosso Código de Ética. O fundamental do projeto ético-político não é a leitura de documentos – embora seja importante-, mas sim, a reflexão e ações críticas que ele proporciona.

E, conforme afirma Vasconcelos (2015), para se ter práticas profissionais coerentes com o projeto profissional é preciso fortalecer a formação profissional e permanente, tarefa que diz respeito tanto as assistentes sociais “da academia”, mas também as que estão “em outros espaços ocupacionais”, para tanto, é preciso também um amplo debate sobre o processo de precarização da formação profissional, a defesa das diretrizes curriculares, do financiamento de pesquisas, etc., esse fortalecimento possibilita, inclusive, que as assistentes sociais façam “uma escolha consciente” pelo projeto profissional.

Por fim, é preciso ter em conta, que a continuidade e a radicalização do Projeto Ético-Político do Serviço Social dependem não apenas da vontade do corpo profissional, mas também do fortalecimento da democracia e das lutas populares (NETTO, 2009).

REFERÊNCIAS

BACKX, S. **Serviço Social – Reexaminando sua história**. Rio de Janeiro: Editora AS, 1994.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRAZ, M. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Inscrita**. Brasília, DF: CFESS. Ano VII, n. 10, p. 05 - 10, 2007. Disponível em: Link: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_. Acesso em: 17 mai. 2021.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipórtardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1999.

FAUSTINO, D.; CAVALCANTE, L.; NISIDA, V. Contra o racismo e os territórios de morte: as bolhas de imunização. **Carta Capital** [online], Diversidade, 19 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/contra-o-racismo-e-os-territorios-de-morte-as-bolhas-de-imunizacao/>. Acesso em 19 ago. 2021.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuições para a Crítica do Projeto Ético- Político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (Org.) **Projeto Ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1989.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, nº 34, ago.-out. 1994, p. 28-38. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4 ed., São Paulo: Cortez. 2009, p. 141 - 160.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. Notas sobre o marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: ABESS – Associação Brasileira de Serviço Social. **Ensino em Serviço Social**: pluralismo e formação profissional. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, J. F. S. da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100008>. Acesso em 30 set. 2021.

IRINEU, B. et. al. Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 7-18, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1309>. Acesso em: 10 set. 2021.

LANZA, L. et. al. Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia COVID-19. . **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 7-18, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1309>. Acesso em: 10 set. 2021.

VASCONCELOS, A. M. de. **Alo assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

,